

#81 Ofensivas de Trump contra soberania fiscal (transcrição)

Dani: Grazi, dia desses tive uma conversa sobre tarifa de importação com o vendedor de pão de mel aqui perto de casa... e ele até falou sobre alíquotas... é impressão minha ou o tema da tributação está mais popularizado?

Grazi: Eu acho que mais popularizado, mas parece que as pessoas têm a informação, mas não de maneira completa... pouca gente sabe que 2026 é um ano crucial pra tributação internacional

Música de abertura

Grazi: Oi, boas vindas ao É da sua conta, o podcast sobre como consertar a economia para que ela funcione para todas as pessoas e o planeta. Eu sou a Grazielle David.

Dani: E eu a Dani Stefano. O É da sua conta é uma produção da Tax Justice Network, Rede Internacional de Justiça Fiscal.

Música

Grazi: As ofensivas contra à soberania dos países e ao movimento de justiça fiscal pelos Estados Unidos na presidência de Trump são os temas do episódio #81 do É da Sua Conta.

Dani: A saída é a atuação em bloco e através da Convenção Tributária da ONU

Música

Grazi: 2026 começou com um ataque à soberania fiscal dos países: Em 5 de janeiro, a OCDE anunciou a aprovação de um sistema paralelo que exonera somente as multinacionais estadunidenses de pagar a tributação mínima de 15% que ela mesma havia estabelecido.

Matti Kohonen: OCDE está exonerando as empresas estadunidenses, destas regras que queremos que aplicam para todas as grandes empresas.

Dani: Matti Kohonen, diretor da Financial Transparency Coalition.

Matti: Os europeus, sobretudo, estão fazendo um passo muito negativo nessas negociações, estão exonerando os americanos e não estão negociando em bom fé nas negociações das Nações Unidas

Grazi: Muitos dos países membros da OCDE são europeus e esta medida tomada a portas fechadas significa que até estes países também deixarão de tributar as corporações estadunidenses. Anteriormente, o presidente Donald Trump havia retirado os Estados Unidos dos acordos da OCDE sobre tributação de multinacionais de maneira unilateral. E agora, mesmo sem participarem, conseguem um acordo que os beneficiam. Como isso é possível?

Matti: Eu acho que se o OCDE não exonerasse as empresas americanas, os americanos queriam impor as tarifas mais altas pelos países que aplicam estas regras, principalmente países europeus. Os países europeus não têm a força completa das tarifas que Trump queria impor para a União Europeia.

Dani: Tarifas que Trump queria impor pra a União Europeia. Deixar que as corporações estadunidenses continuem os abusos fiscais que já cometem foi a maneira que os países europeus encontraram para enfrentar as ameaças de tarifaços de Donald Trump.

Matti: As negociações multilaterais parece que estão capturadas pela administração estadunidense, mesmo que não participa. É absurdo que pode capturar uma instituição onde não participa.

Grazi: As multinacionais estadunidenses são as que mais escondem lucros em países que atuam como esconderijos fiscais. Na presidência de Donald Trump, esse abuso fiscal se ampliou e os Estados Unidos representam um perigo para a soberania fiscal de todos os países, inclusive de si próprio.

Dani: Estas são algumas das conclusões do relatório O Estado da Justiça Fiscal 2025 da Tax Justice Network, que foi tema do episódio 79 do É Da Sua Conta. Atualmente as empresas

estadunidenses transferem para os Estados Unidos o dobro dos lucros que transferiam em 2016, enquanto cometem abusos fiscais pelo mundo.

Matti: Os abusos fiscais estão aumentando cada ano. E que a legislação americana está bem atrás em tratamento dos abusos fiscais. Não tem transparência de beneficiários reais nos Estados Unidos, porque a lei Corporate Transparency Act, ou lei para a transparência das corporações não foi aplicado pela administração do Trump. Significa que se pode esconder qual é o beneficiário final nos Estados Unidos, pode esconder seus lucros também, porque não tem intercâmbio automático das informações.

Grazi: Com esse sistema paralelo da OCDE para as multinacionais dos EUA, os abusos fiscais cometidos por elas tendem a aumentar ainda mais. Mas mesmo a população dos Estados Unidos não será beneficiada.

Matti: As empresas mais grandes dos Estados Unidos, são os fundos de investimento, mas quem beneficia é o 1,1% mais rico, que beneficiam mais desses abusos fiscais. Está aumentando as desigualdades de riqueza, está aumentando também a polarização da sociedade, porque estes ricos se capturam no regime do Trump.

Dani: O 1% mais rico apoia Donald Trump para que o presidente possa atuar de maneira que apenas os beneficie e, com isso, as desigualdades econômicas e sociais aumentam no país. Assim se reforça o círculo vicioso entre polarização econômica e polarização política.

Grazi: A soberania fiscal dos demais países também está sendo atacada desta forma, já que multinacionais estadunidenses operam em todos os continentes:

Matti: Eu acho que as outras regiões devem pensar a utilização dessas plataformas americanas para a sua economia, porque falta de soberania, senão pode aplicar as leis fiscais, imagina se pode fabricar outras leis importantes nestas empresas. Estamos exonerando não só da maneira fiscal, mas também eu acho que este vai ter um impacto nos outros tipos de regulação, privacidade, regulamento sobre o uso seguro da inteligência artificial e economia digital. Estes são debates importantes e as empresas americanas não querem participar de nenhuma forma nestas negociações e querem que a administração estadunidense do Trump fazem sanções para os países que querem aplicar regras mais justas.

Dani: Tarifas como forma de sanção é uma das ameaças que os Estados Unidos vêm fazendo aos países que, na visão do governo Trump, atrapalham os negócios.

Música

Grazi: Mas afinal, como definir soberania?

Diógenes Breda: Soberania como a capacidade que um Estado nacional tem de escolher, definir a direção do seu desenvolvimento econômico e social, e, obviamente, com integridade territorial.

Dani: Diógenes Breda, professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais.

Diógenes: Por exemplo um país dolarizado, como o caso do Equador que faz parte do Sul Global ele tá muito mais vulnerável do que países que operam com uma moeda própria. Da mesma forma países que tem sua dívida pública denominada em moeda estrangeira como é o caso argentino, ele é mais vulnerável.

Grazi: Ciência e tecnologia também se relacionam com soberania

Diógenes: Envolve também o componente militar, na medida em que economia e o componente militar estão estreitamente vinculados ao domínio da ciência da tecnologia mais avançada

Dani: A soberania também está relacionada com a maneira como as multinacionais estão presentes num país:

Diógenes: Dependendo do peso das multinacionais no sul global, os países que recebem esses investimentos estrangeiros eles ficam mais ou menos, dependendo do grau de penetração do

capital estrangeiro, à mercê das decisões por exemplo, de investimento desses multinacionais, e isso implica uma perda de soberania.

Grazi: Os Estados Unidos sempre tiveram uma tendência a rejeitar acordos internacionais e seguirem seu próprio caminho em questões tributárias. Mas com Donald Trump na presidência, agem cada vez mais de maneira unilateral. Exemplos são o tarifaço aplicado a diversos países em 2025, mas também o recente ataque à Venezuela no qual capturou o presidente Maduro e invadiu o país de olho no petróleo.

Diógenes: Nessa ação na Venezuela, ele demonstra ao mesmo tempo força e fraqueza Força porque ficou muito nítido que a força militar dos Estados Unidos é incomparável a qualquer exército do mundo, então o país tem capacidade tecnológica para destruir os sistemas de radar de um país e entrar no meio da capital do país em uma hora, sequestrar o presidente e, sair de lá sem nenhuma baixa, mas, por outro, também demonstra uma fraqueza que é a incapacidade de os Estados Unidos, em algumas regiões do globo, continuar exercendo uma hegemonia apenas via consenso.

Dani: A unidade entre os países e a ação em bloco estão ainda mais importantes neste momento em que as ações militares demonstram a atitude dos EUA em relação à soberania das nações, quer sobre os territórios ou na tributação. Como os países do sul global podem agir contra essa maneira coercitiva dos Estados Unidos?

Diógenes: Eu acho que para a maioria dos países do sul global, a tarefa é de rearticular seus sistemas produtivos, inclusive o setor militar, para ganhar graus de negociação dentro da economia mundial de uma maneira mais plena. Me parece que, no caso da maioria dos países do sul global, é muito pouco provável que países possam fazer isso de maneira isolada.

Grazi: Ou seja, para fazer frente às potências econômicas, em especial aos Estados Unidos, os países devem atuar conjuntamente.

Diógenes: É muito difícil que países do sul global, com escassa capacidade militar, com escassa capacidade produtiva, dependente muito vulneráveis aos fluxos no capital internacional, possam fazer frente a essa ofensiva dos Estados Unidos de maneira isolada. Então, o tema das alianças passa a primeiro plano e, no caso do sul global, passa também a uma escolha exatamente de como, por exemplo, as grandes potências em ascensão, sobretudo a China, vai participar desses esquemas.

Dani: Se a China assume o lugar dos Estados Unidos, pode significar que os países do Sul Global vão continuar subordinados, mas agora a outra potência.

Diógenes: Me parece que a China abre uma margem maior de negociação do que no caso dos Estados Unidos, me parece. No caso dos minerais, por exemplo, a exploração do lítio aqui na América do Sul, Chile, Bolívia, Argentina, tem uma presença muito grande de empresas chinesas. No caso chileno do governo Boric, o governo chileno conseguiu um acordo de participação igualitária dentro da exploração do lítio, ou seja, um processo de renacionalização do lítio, em que o governo chileno ficou com 51% das ações, a empresa chinesa continuou com 49% das ações mas o controle passou ao Chile.

Grazi: Algo semelhante aconteceu na Indonésia

Diógenes: O governo indonésio falou: "olha, não sai nenhum gão, nenhum quilo de níquel puro". Se a China quiser comprar níquel, parte do processo produtivo de industrialização, separação etc., vai ter que ser feito dentro da Indonésia. Hoje, a Indonésia se tornou um grande exportador e produtor de elementos do níquel que vão direto para as baterias dos carros elétricos então conseguiu internalizar dentro do próprio país uma etapa importante da cadeia produtiva de níquel acabando com a exportação do níquel in natura.

Dani: O Brasil tem 98% das reservas de nióbio do mundo. O comércio externo de nióbio ocorre na forma de seu principal produto, a liga de ferro-nióbio. A maior parte deste ferro nióbio vai pra China, cerca de 45% em 2023. Os chineses utilizam o ferro-nióbio brasileiro para produzir

vigas e chapas de aço de alta performance e o Brasil importa essas chapas de aço. Por que o Brasil não fecha acordos que beneficiariam a própria indústria, como aconteceu no Chile ou na Indonésia?

Diógenes: Eu arriscaria dizer que as classes produtivas, não tem interesse nenhum em estabelecer um outro padrão de relacionamento com a China. O agro ganha plenamente com esse padrão de inserção. o setor industrial ele aprendeu a se virar nesse cenário de regressão industrial, se contenta em importar máquinas e equipamentos, aplica seu dinheiro no mercado financeiro, no caso por exemplo da indústria têxtil brasileira se torna um importador de produtos manufaturados chineses, coloca a etiqueta e revende, então você não tem nenhuma demanda de estabelecer outros padrões de negociação por exemplo com a China.

Música

Grazi: A ordem internacional atual foi criada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial. A ONU, o FMI e o Banco Mundial são alguns de seus pilares. Os Estados Unidos lidera esses organismos multilaterais, mas sempre os boicota cada vez que se sentem em desvantagem.

Diógenes: Se pegarmos todas as intervenções dos Estados Unidos: Líbano Iraque Afeganistão ou antes mesmo, Vietnã, etc., a gente tem um conjunto de medidas que sempre são utilizadas, sobretudo no campo militar, nos países do sul global, quando há algum tipo de ameaça aos interesses econômicos estadunidenses.

Dani: Em janeiro de 2026 os Estados Unidos anunciaram que vão se retirar de 66 entidades internacionais, 31 delas ligadas à ONU. Qual o significado destes espaços multilaterais sem os EUA?

Diógenes: Me parece que é inevitável e é questão de sobrevivência dos países do sul global entender que o multilateralismo como nós o conhecemos durante o século 20, ele já não existe mais. Então, ao mesmo tempo que se pede a reforma destes organismos, é buscar outros arranjos econômicos que não passem necessariamente por um organismo que é incapaz hoje de resolver os problemas mundiais. A reconfiguração econômica do mundo vai exigir uma nova reconfiguração política, uma nova ordem internacional. A tendência do curto prazo é que as vozes por reformas dentro do sistema ONU sejam as mais importantes.

Música

Grazi: Por um lado, a ONU está em crise com seu desfinanciamento e necessidade de reforma da sua governança, além do constante enfraquecimento provocado pelos EUA; por outro lado, é o melhor espaço para definir regras tributárias internacionais que beneficiem as pessoas em todos os países. Alex Cobham, diretor executivo da Tax Justice Network.

Alex Cobham: Estamos em um momento, em termos de tributação internacional, que representa a maior oportunidade que já tivemos. Faz 100 anos que as potências imperiais estabeleceram as bases para as regras tributárias internacionais que hoje vigoram. Nesses 100 anos, nunca houve um momento em que cada país do mundo pudesse ter voz de igual pra igual na definição das regras tributárias. Isso produziu um resultado tão ruim quanto se poderia esperar: as regras tributárias não funcionam para ninguém e, na verdade, impõem as maiores perdas nos montantes de receita às potências imperiais e ex-imperiais, aos países mais ricos. Mas, em termos de porcentagem dos impostos atuais ou da despesa pública com saúde, por exemplo, as perdas são muito mais intensas para os países de baixa renda, os países que nunca tiveram voz.

Dani: Reformas de toda a governança financeira internacional e da ONU ganharam a centralidade dos diálogos políticos. Apesar das críticas, a ONU segue sendo o espaço mais democrático para negociações internacionais, inclusive da Convenção Tributária da ONU. Matti Kohonen, diretor da Financial Transparency Coalition.

Matti: O importantíssimo é que os outros países vejam que as Nações Unidas é o lugar principal onde queremos negociar essas regras no futuro, porque o OCDE não está capaz de fazer um

acordo multilateral eficaz, justo e equitativo. Eu acho que no sistema das Nações Unidas devemos negociar também os pilares mais justos, pilares da transparência, pilares de participação¹, das regras internacionais e baseado nesses pilares de transparência, intercâmbio de informações, e redistribuição dos direitos de tributar as grandes empresas.

Grazi: Por muito anos, diversas campanhas foram realizadas por ativistas do mundo todo. Com a liderança do grupo de países africanos, está sendo negociada uma convenção-quadro das Nações Unidas para a cooperação tributária internacional.

Alex: Finalmente isso nos dá a capacidade de que cada país do mundo tenha voz e que os países, de maneira coletiva, concordem com o que seria uma distribuição justa dos direitos de tributação entre eles. Principalmente para garantir que as multinacionais e os indivíduos ricos sejam tributados de forma justa, independentemente de onde a atividade econômica ocorra. Portanto, este é o melhor momento possível; o que se conquistou agora foi o que antes nos diziam ser impossível.

Dani: Se as negociações sobre cooperação tributária internacional continuam na OCDE, apenas esse clube dos países ricos decide o que é melhor para quem faz parte do clube ou para os Estados Unidos, como foi a decisão atual que beneficiou as corporações estadunidenses.

Alex: É lá que definem as regras tributárias e você simplesmente tem que aceitar que não há transparência, não há tomada de decisões democráticas, azar o seu, apenas tente fazer o seu melhor. Nós, o movimento por justiça tributária, dissemos: "não, nós também podemos mudar isso. E é isso que temos agora, a oportunidade da Convenção da ONU, que é realmente sem precedentes. E se não a aproveitarmos, talvez essa oportunidade não exista mais. Portanto, as negociações que terminarão em 2027 são os momentos-chave. Este é o melhor momento e temos que aproveitá-lo ao máximo.

Grazi: A transferência destas negociações, da OCDE para a ONU só está sendo possível porque muitas pessoas e organizações se uniram e formaram um movimento internacional para a justiça fiscal.

Alex: O movimento formal por justiça tributária começou no início dos anos 2000. Foi a primeira vez que grupos de todo o mundo se uniram nesse movimento coletivo e, desde então, ao longo de mais de 20 anos, tivemos um período de crescente força, aumento de recursos. A capacidade de alcançar tomadores de decisão e o público em todo o mundo e de promover mudanças também cresceu consideravelmente durante esse período.

Dani: Mas, ao mesmo tempo em que o movimento culmina com a Convenção Tributária da ONU, sua demanda central, também encontra o pior dos cenários. Com os cortes de Trump na Agência de ajuda humanitária dos Estados Unidos, USAid, e o congelamento e redução de outros países em seus orçamentos para ajuda humanitária, muitas organizações que trabalham por justiça social, econômica e saúde estão sofrendo com cada vez menos apoio financeiro para promover uma vida melhor para as pessoas.

Alex: Nos recentes cinco anos, o que temos visto em relação aos impostos, mas também em todos os tipos de movimentos econômicos e de justiça social, é que doadores bilaterais e governos de países ricos reduziram significativamente o financiamento da ajuda. Isso inclui o financiamento para a sociedade civil e Organizações Não Governamentais, o que afetou tanto a questão tributária e todas essas outras áreas. Mas, em relação aos impostos, também percebemos uma forte resistência por parte de alguns financiadores, que consideram o tema muito político. Com a mudança no cenário político global e o conservadorismo de alguns financiadores, eles se afastaram dessa área.

Grazi: Desde 2025 algumas das fundações estadunidenses que mais apoiam o trabalho tributário, passaram a destinar seus fundos de maneira exclusiva apenas para a defesa da democracia nos Estados Unidos.

Alex: O que é uma prioridade compreensível. Mas o efeito é quase uma história perfeita pra partir o coração do movimento por justiça tributária, incluindo a Tax Justice Network. Muitas organizações estão passando por isso. A Tax Justice Network anunciou no final de 2025 que desligaria oito pessoas, ou seja, cerca de um quarto de nossa equipe principal. Portanto, é uma redução significativa nos recursos que temos para dedicar à justiça tributária exatamente no momento em que temos essa oportunidade sem precedentes.

Dani: Essa perda de recursos financeiros para o movimento da justiça fiscal impacta também as ações junto à Convenção Tributária na ONU.

Alex: Um impacto imediato dessa retirada de fundos é que a própria ONU não conseguiu contratar pessoas para o secretariado das negociações. Isso significa que as negociações ainda não conseguiram avançar tão rapidamente quanto se gostaria e não contaram com todo o material técnico de apoio que se esperaria. Ao mesmo tempo, o movimento por justiça fiscal, que é quem normalmente produz grande parte desse material de apoio e análise, também tem tido dificuldades para acompanhar o ritmo das negociações. Isso porque não há recursos suficientes para isso.

Grazi: De que forma isso impacta nas negociações?

Alex: Isso está dificultando que as discussões avancem tão rapidamente quanto se esperaria. Acho que isso tem custos particulares para os países de baixa renda, que têm menos capacidade interna para se envolverem nisso e, portanto, precisam depender mais da análise externa que está sendo fornecida. Com isso, os países mais ricos levam vantagens nas negociações da convenção, já que estão mais bem preparados para defender suas posições.

Dani: Como você já ouviu nesse episódio, vale lembrar o que acabou de acontecer na OCDE e limitou ainda mais o acordo GLOBAL de tributação mínima: isentou as multinacionais dos Estados Unidos de tributação, extamente aquelas que mais cometem abuso fiscal ao redor do mundo.

Alex: Agora vamos ver todas as outras multinacionais exigindo o mesmo tratamento e tudo vai desmoronar. Não vejo como isso pode ser defendido agora. Normalmente, haveria uma reação global exigindo que todos os governos prestassem contas ao seu povo pelos bilhões de dólares em receitas que acabaram de abrir mão, bilhões de dólares em gastos com serviços públicos que agora não acontecerão porque nossos governos cederam à intimidação de Donald Trump. Estou preocupado que não tenhamos um debate público informado sobre isso e que os partidos de oposição ou os próprios tomadores de decisão não digam que a única maneira de resolver isso é por meio de uma defesa coletiva de nossa soberania tributária contra esse tipo de intimidação. O único lugar onde isso pode acontecer e onde nos unimos com a maior força possível é nas Nações Unidas.

Grazi: Apesar destas condições, o Alex é otimista em relação às negociações na Convenção Tributária da ONU.

Alex: Acho que podemos ver progressos reais e tangíveis sendo feitos nas negociações, mesmo com as restrições que mencionei. Estou bastante otimista de que, até o final deste ano, alcançará muita coisa. O ponto crucial é a governança. Se a Convenção estabelecer um órgão de estrutura e os órgãos subsidiários técnicos para permitir que as conferências das partes no futuro continuem avançando, essa será a grande vitória: teremos uma tomada de decisão justa e inclusiva no futuro.

Dani: Mesmo com as ameaças dos Estados Unidos, ainda que esteja fora das negociações?

Alex: Este é o único lugar onde podemos ter a garantia de uma massa crítica de países grande demais para ser subjugada pelas táticas de intimidação dos Estados Unidos. Se países individuais concordarem em adotar impostos sobre serviços digitais, por exemplo, ou tomarem medidas específicas em um pequeno grupo em determinada área, eles ficam muito vulneráveis e expostos à ameaça de tarifas, à ameaça de impostos de retaliação, como a Casa Branca os

chamou. Precisamos exatamente do que temos na ONU: todos os países do mundo, exceto os Estados Unidos, reunidos à mesa. Quaisquer que sejam os acordos, eles não poderão ser desfeitos por essas ameaças, porque todos estarão juntos.

Grazi: Voltando aos impactos da crise dos fundos: para o movimento de justiça fiscal, é possível voltar a ser financiado de maneira adequada?

Alex: Certamente, para a Tax Justice Network, isto não é um problema passageiro que possamos apertar os cintos e esperar superar para depois voltar ao que éramos. É uma mudança radical. Seremos uma organização menor daqui para frente. Temo que tenhamos que fazer ainda mais cortes, por isso estamos seriamente buscando financiamento e analisando diferentes fontes, inclusive doações individuais, algo em que não tínhamos nos concentrado antes.

Dani: Por conta dos cortes no financiamento, o É da Sua Conta passa a ser bimestral. Alex, como os ouvintes do É da Sua Conta podem apoiar o Movimento por Justiça Fiscal?

Alex: Os podcasts que apoiamos e os de outras organizações têm como função compartilhar conhecimento, informações e conscientizar as pessoas. Acho que ninguém quer ver nossos podcasts se tornarem uma espécie de busca por financiamento, mas, ao mesmo tempo, se houver pessoas ouvindo que queiram apoiar financeiramente neste momento crítico, é muito fácil. Em nosso site, é possível encontrar onde fazer isso.

Dani: Se você quiser colaborar com a Tax Justice Network, visite www.taxjustice.net e clique em “doar”, ou DONATE em inglês, no canto direito superior do site. Não podemos garantir que será o suficiente para voltar com o podcast mensal, mas você apoiará o trabalho na Convenção Tributária nesse momento crítico.

Música encerramento

Grazi: Os Estados Unidos, mesmo se retirando das negociações multilaterais, seguem capturando a governança tributária internacional ao pressionar a OCDE a isentar suas multinacionais da tributação corporativa mínima global. Essa estratégia aprofunda abusos fiscais, concentra riqueza no 1% mais rico e nas multinacionais, e enfraquece a soberania dos Estados. Principalmente países do Sul Global ficam mais debilitados tanto na tributação, quanto na capacidade de regular tecnologia, economia digital e cadeias produtivas estratégicas. Diante da escalada de coerção econômica, tarifária e política, nenhum país conseguirá reagir de forma isolada. A defesa da soberania fiscal exige atuação em bloco e o fortalecimento da Convenção Tributária da ONU, o único espaço onde todos os países podem negociar em condições mais justas e democráticas, ainda que também precise passar por um processo de reforma de governança. No entanto, essa oportunidade histórica da Convenção Tributária corre risco diante do desfinanciamento do movimento global por justiça fiscal, o que limita a capacidade técnica, política e comunicacional de sustentar negociações equilibradas. A hora de agir é agora: informe-se, pressione governos e representantes para que defendam a Convenção Tributária da ONU, fortaleça o multilateralismo inclusivo e, se puder, apoie financeiramente o movimento por justiça fiscal. Sem mobilização social e recursos, a soberania tributária continuará sendo negociada a portas fechadas — e contra o interesse da maioria.

Música

Grazi: O É da Sua Conta é coordenado por Naomi Fowler. Com dublagens de Zema Ribeiro e produção de Daniela Stefano e minha, Grazielle David. Um abraço e até o próximo.

Dani: Lembrando que em www.edasuaconta.com, você encontra a descrição e a transcrição completa, pode ouvir os episódios anteriores, assinar o nosso boletim e ficar sabendo em primeira mão quando um episódio é lançado. Se preferir, envie um email para info@edasuaconta.com, com seu nome e número de telefone que a gente te inscreve em nossa lista de distribuição pelo whatsapp. Também estamos no facebook e no BlueSky. Um abraço a você que nos ouviu até a última palavra e até março!